

- até junho — remessa à Comissão de Orçamento das propostas parciais;
- em novembro — publicação das tabelas orçamentárias;
- em dezembro — registo e distribuição dos créditos.

Essa disposição parece bem adaptada às necessidades reais dos trabalhos preparatórios. Deixa às Divisões de Orçamento dos Ministérios tempo suficiente para o preparo cuidadoso das propostas parciais, ficando ainda quatro meses — de julho a outubro — para a elaboração propriamente dita do Orçamento Geral.

Lendo essa descrição, pode-se chegar à conclusão de que o método de fazer o orçamento é

essencialmente indutivo; que ao órgão elaborador só cabe reunir, com o auxílio de formulários por ele preparados, controlar e ajustar as propostas parciais. Mas sua tarefa não se limita apenas a isso. Ela é mais vasta e mais difícil. Como todos os grandes planos, o plano orçamentário exige, também, um processo essencialmente dedutivo. É preciso uma concepção geral dos deveres e necessidades financeiras do Estado, de suas múltiplas funções e obrigações e das possibilidades e necessidades econômicas do país. É preciso concluir do geral para o particular e compreender primeiro o conjunto antes de examinar e julgar as partes.

No próximo número estudaremos o plano financeiro geral que é a base do Orçamento da União para 1942.

As atividades do Serviço de Biometria Médica do I. N. E. P. durante o ano de 1941

O relatório de 1941, apresentado pelo Chefe do Serviço de Biometria Médica ao Professor Lourenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, contém diversas informações e quadros estatísticos que resumem uma atividade intensa e uma produção bastante apreciável. Pela leitura deste relatório verifica-se a importância indiscutível que têm os exames de saúde e capacidade física dos candidatos às diferentes funções públicas, assim como demonstra a necessidade inadiável de se realizar um verdadeiro cadastro de saúde em todo o funcionalismo da União.

O exame médico dos candidatos a emprego, ou "exame prévio", constitui prova dos respectivos concursos e provas de habilitação. Deste modo são afastados não só aqueles cuja saúde ou estado físico são incompatíveis com o exercício do cargo a que se candidatam, mas também aqueles que revelam desvios da saúde ou da capacidade física suscetíveis de serem agravados pelo exercício de determinada função. Para esse fim foram realizados, durante o ano próximo passado, 6 691 exames prévios que, somados aos exames executados desde a instalação do SBM (outubro de 1938), perfazem um total de 21 435 exames de sanidade e capacidade física. Dentre aqueles cujos exames foram completados e resolvidos, houve 3,34% de inhabilitações. É curioso observar o decréscimo

progressivo das inhabilitações desde que foram iniciadas estas provas de saúde e capacidade física, pois de 8,59% em 1939, passou a 7,36% em 1940 e a 3,34% em 1941.

Este decréscimo pode ser atribuído à melhoria das condições de saúde dos candidatos. Além disso outros fatores devem ter influído, também, na diminuição das reprovações. Assim, o conhecimento entre os candidatos de que tais exames são, na verdade, minuciosos e justos; o fato de que muitos candidatos já aprovados em outros concursos se apresentam para novas vagas; o natural retraimento daqueles que já foram reprovados anteriormente para carreiras e funções equivalentes, serão outros tantos motivos a explicarem o decréscimo das inhabilitações. Também não deve ser esquecido o fato de que muitos candidatos se apresentam tendo já corrigido determinadas alterações passíveis de tratamento, assim por exemplo, os que eram portadores de hérnias etc..

Um elevado índice de inhabilitações por incapacidade visual (47,76% dos inhabilitados) foi novamente observado em 1941. Este fato surpreendente e que se repete nas mesmas proporções dos anos anteriores é, possivelmente, explicado pela falta dos exames de olhos durante a infância e a adolescência. Estamos certos de que muitas das alterações oculares encontradas seriam evitadas se

corrigidas ou tratadas nessas idades. A adoção nos Estados da caderneta médica escolar, já instituída no Distrito Federal, iria, certamente, modificar esta situação nas gerações vindouras.

Aos defeitos e doenças oculares, causados em sua maioria pela sífilis, segue-se a tuberculose pulmonar como maior motivo de inhabilitações, com 32,14% das mesmas. As demais causas de inhabilitações figuram em percentagens menores.

Outro ponto do relatório que merece uma atenção toda especial é o que se refere à norma adotada pelo S.B.M. de orientar os candidatos, habilitados ou não, por meio de guias de orientação médica. Esta atitude é referida em poucas linhas, mas deve ser ressaltada como sendo um serviço da mais alta importância social. Agindo desta forma, o S.B.M. não só justifica o seu laudo final, como também aproveita o esforço e o dinheiro dispendidos nos exames, em benefício dos próprios candidatos, encaminhando para um serviço competente todos aqueles em que foi encontrada qualquer anomalia passível de correção ou tratamento. Ora, sendo os candidatos, na sua maioria, ainda jovens, o benefício a eles prestado ultrapassa qualquer estimativa. São jovens que passaram por um controle médico rigoroso, foram medidos, pesados, auscultados, radiografados; o sistema nervoso e os órgãos dos sentidos minuciosamente perquiridos; o sangue, toda a vez que pareceu necessário, foi também examinado; a urina sistematicamente analisada, e, de tudo isso, foi elaborada uma ficha individual. São numerosos os conselhos a dar após o estudo dessas fichas e seria de lamentar o arquivamento sumário deste material precioso sem uma prévia utilização que aproveitasse aos candidatos, indicando-lhes a orientação a seguir para o futuro. E' pois digno de todo o louvor a norma adotada pelo S.B.M. de fornecer uma "guia de orientação médica" aos que dela necessitam.

Trata, depois, o relatório dos exames realizados nos servidores da Imprensa Nacional. Estes exames, iniciados em 1940, só foram completados no ano seguinte e se estenderam a 940 funcionários daquele estabelecimento. Desses 940 funcionários o S.B.M. indicou uma readaptação de serviço em 17, promoveu licenças para tratamento em 116 e aconselhou a aposentadoria em 52. Tais cifras são muito significativas e demonstram o

valor do cadastro geral de saúde dos funcionários públicos.

Como seria de prever, a percentagem mais alta de alterações orgânicas e funcionais encontradas, nestes últimos exames, pertence ao aparelho cárdio-vascular (34 casos), pois se tratava de servidores apresentando uma média de idade relativamente alta.

Os resultados obtidos com os exames médicos dos candidatos a emprego público e dos servidores da Imprensa Nacional são exemplos vivos que comprovam a necessidade imprescindível de estender esses mesmos benefícios a todos os servidores da União. Pois, se é obrigatório que o candidato a função pública seja examinado antes do seu ingresso, seria também de grande alcance para aqueles que estão em pleno exercício de suas funções igualmente ficassem sob controle médico cuidadoso, tanto no Distrito Federal como nos Estados. Sem dúvida alguma, os que praticam exames de servidores nas diversas S.S. já instaladas pensam da mesma maneira.

Para que o funcionalismo seja realmente amparado do ponto de vista médico é necessário se estendam tais serviços a todas as repartições públicas, visando especialmente aqueles cuja situação econômica não permitisse fosse realizado um controle de saúde eficiente por médico particular. Essa iniciativa promoveria uma ação médico-preventiva e médico-curativa valiosa, pois, pelo exame sistemático e periódico seria feita a correção precoce de todas as anomalias físicas e funcionais passíveis de tratamento. Além disso poderia ser efetuada a readaptação do servidor para funções mais adequadas às suas condições gerais de saúde, com real proveito tanto para o maior rendimento do trabalho, como para a economia pública e o funcionário individualmente.

Os exames periódicos poderiam aconselhar aposentadorias em casos em que não fosse solicitada espontaneamente. O mesmo se diria quanto às licenças para tratamento de saúde.

Por outro lado pela higiene mental atuar-se-ia orientando todos aqueles que, pelos seus desajustamentos, não estivessem prestando ao Serviço Público um rendimento de trabalho de acordo com suas aptidões, assim como aqueles que, com frequência, requerem licenças, transferências e até mesmo aposentadorias nem sempre necessárias.

E' evidente que um tal serviço seria mais

completo ainda se a ele fosse atribuída a hospitalização de funcionários, não só para fins diagnósticos, nos casos em que o resultado dos exames dependesse de observação prolongada, como também para tratamento dos servidores cuja situação financeira impossibilitasse o dispêndio de um tra-

tamento por seus próprios recursos, nem sempre suficientes.

Como se depreende uma organização assim concebida seria mais eficiente se estivesse em colaboração íntima com o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado.

A atuação do I. N. T. na elaboração das especificações de material

NA ação desenvolvida para abastecer, convenientemente, de material as repartições públicas, desconhecem-se, comumente, os trabalhos técnicos e de pesquisas realizados por determinados órgãos da administração pública, necessários à execução de um programa previamente traçado.

Um dos fatores decisivos para a racionalização do fornecimento de material é, sem dúvida, a fixação de especificações que sirvam como base para a aquisição de material.

Entretanto, tendo em vista a variedade de materiais necessários ao serviço público, poucas são as especificações até agora aprovadas pelo D.A.S.P.

Observa-se que, até mesmo pessoas intimamente ligadas ao sistema de abastecimento de material e conhecedoras de organização administrativa do serviço público, não compreendem devidamente as dificuldades que aparecem na elaboração de especificações de materiais e não podem conceber a razão da demora no estudo e fixação das exigências indispensáveis, asseguradoras da aquisição de materiais de boa qualidade.

E' crença geral que, existindo especificações estrangeiras para a maioria dos materiais usados no serviço público, bastaria a tradução das mesmas e adaptação ligeiras às nossas necessidades. Esse modo de pensar, absolutamente errôneo, dá margem às críticas feitas ao D.A.S.P. e, em particular, à D.M. pelo aparente pequeno número de especificações aprovadas. As críticas atingem, ainda, o I.N.T. que, pelo decreto-lei n. 1 184,

ficou incumbido da realização dos ensaios técnicos para elaboração das especificações e verificação da qualidade dos materiais, por ocasião do recebimento. Assim, a determinação dos valores numéricos das especificações depende dos ensaios realizados pelo I.N.T. E' interessante, portanto, citar um caso real que ressalta os motivos de aparente morosidade na publicação de especificações.

Em julho de 1940 a D.M. do D.A.S.P. verificando a necessidade do estabelecimento de uma especificação para raspadeiras de aço, baseada em uma especificação estrangeira, com os elementos de que dispunha no momento, sem realizar ensaios de laboratório, elaborou a Especificação n. 17, fixando as condições exigíveis no recebimento de raspadeiras. Aprovada em 5 de julho pelo Presidente do D.A.S.P., começou a ser imediatamente utilizada pelo I.N.T., como norma para realização dos ensaios de raspadeiras, adquiridas pelo D.F.C.

O I.N.T. procedendo a cuidadosa revisão da Especificação n. 17, atualmente em vigor, constatou falhas, principalmente na fixação de valores numéricos, indispensáveis para aferir exatamente a qualidade do material apresentado a exame.

O Chefe da Divisão de Indústrias Metalúrgicas do I.N.T., engenheiro civil Eros Orosco, realizou vários estudos e numerosos ensaios, utilizando raspadeiras de fabricação nacional e estrangeira, terminando por apresentar um projeto de alteração na Especificação n. 17, considerada de-